

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

-SENAI-

CURSO FORMAÇÃO DE FORMADORES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PERCURSO

(PERCURSO BÁSICO)

TÍTULO:

**PROPOSTA PARA UMA NOVA ATUAÇÃO DO SERVIÇO
PÚBLICO DE EXTENSÃO RURAL**

Autor: Sérgio Dias Orsi

sergioorsi@ig.com.br

EMATER DF

Fone: R 369.0587

T 340.3062

**BRASÍLIA
JULHO/2002**

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO	Pág
01	INTRODUÇÃO	03
02	BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	05
03	A CONCEPÇÃO FORDISTA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	08
04	O SERVIÇO PÚBLICO DE EXTENSÃO RURALNO BRASIL	11
05	NOVOS DESAFIOS E NOVAS OPORTUNIDADES PARA A EXTENSÃO RURAL	14
06	A NECESSIDADE DE INOVAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EXTENSÃO RURAL	16
07	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
08	BIBLIOGRAFIA	22

ITEM	QUADRO	Pág
01	COMPARAÇÃO DE DOIS MODELOS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO OFICIAL DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	17

1. INTRODUÇÃO

A exploração do solo pelo homem através das plantas, ou então, agricultura começou há mais ou menos dez mil anos na África e na Ásia e posteriormente se espalhou pela Europa e Américas. Ela sempre esteve muito ligada às determinações históricas da humanidade, já que várias populações foram dizimadas pela fome e foi também, a fome, o elemento importante para deflagrar várias guerras, reconduzir o destino das civilizações e direcionar o desenvolvimento de várias nações.

Inicialmente, a agricultura e a pecuária eram exploradas rudimentarmente, depois de forma bem artesanal e utilizando o mínimo de instrumentos, ou seja, baseava-se exclusivamente na manufatura. Mas como aconteceu com a produção industrial, a agropecuária também teve a sua trajetória evolutiva quase que da mesma maneira.

O domínio da produção de alimentos e fibras em maior escala somente veio ocorrer nos séculos XVIII e XIX com início da agricultura moderna. A partir de meados do século XIX começa a desenvolver a industrialização da agricultura com a adoção de fertilizantes químicos, melhoramento genético de vegetais e animais e a utilização de máquinas e equipamentos no preparo, cultivo, colheita e processamento dos produtos agropecuários. Essa fase, que corresponde as últimas sete décadas, ficou caracterizada com a exploração em larga escala de monoculturas, o uso intensivo de insumos industriais e a integração com o Complexo Agroindustrial (CAI). Por ter a exploração agropecuária nessa fase histórica uma semelhança muito próxima de uma linha de montagem (cadeia produtiva), aonde a montante do processo de produção de alimentos e fibras, estavam a fabricação de insumos e de equipamentos agrícolas e, a jusante, ficavam as indústrias que processavam a matéria-prima produzida. Este modo característico de operar a produção agropecuária ficou denominado como “ modelo fordista de produção agropecuária”.

Esse modelo de produção iniciou no Brasil na década de 60, quando os principais planos de desenvolvimento do país focavam no planejamento agropecuário, os produtos de commodities¹. Para atingir os objetivos de aumento de produção e produtividade na agropecuária, foi criado o sistema oficial de extensão rural e assistência técnica, que

¹ Commodities são mercadorias vendidas para a obtenção de lucro. O termo é usado para descrever coisas que podem ser graduadas/padronizadas, como café, algodão, açúcar, soja, carnes, etc., e que são compradas e vendidas numa bolsa de mercadoria, inclusive para entrega futura.

reproduzia aqui no Brasil o modelo Norte Americano de apoio e fomento à este setor produtivo. A atuação dessa instituição se baseava na educação de adultos na zona rural para promover a inovação tecnológica no campo e alcançar maiores índices de produção e produtividade.

Dessa maneira foi implantado em quase todas as unidades da federação brasileira as Emateres², que cumpriam as determinações dos planos nacionais de desenvolvimento agropecuário, principalmente, através do crédito financeiro e da assistência técnica oficial. Esse sistema oficial de extensão rural e assistência técnica persistiu intacto até 1990, quando em decorrência da crise de endividamento do Estado brasileiro, surge na pauta dos governantes a proposta de fechamento de várias empresas estatais, dentre elas a Embrater³.

Esta manobra causou um processo de desmonte do sistema oficial de extensão rural e assistência técnica, que a partir daí obrigou as unidades da federação a repensar novas propostas para este tipo de prestação de serviço. No território nacional algumas empresas fecharam, outras fundiram e boa parte ainda persiste como Emater, que é o caso da Emater do Distrito Federal. O fato é que o serviço oficial de extensão rural está presente em mais de 27 unidades federativas através de 4199 municípios, são mais de 24 mil trabalhadores que garantem a presença em 93% dos municípios do Brasil (FASER, 2002). Ele tem muito que contribuir para o desenvolvimento do país, tendo em vista que a maior concentração de pobres e de mão-de-obra descapacitada do país está localizada na zona rural.

No decorrer das últimas décadas o planejamento estatal do desenvolvimento rural brasileiro passou por várias fases, tais como:

- ? o desenvolvimento agropecuário,
- ? o desenvolvimento agrário,
- ? o desenvolvimento rural,
- ? o desenvolvimento rural sustentável,
- ? e o desenvolvimento local/territorial.

Assim o Estado, muito timidamente, tenta acompanhar ao longo do tempo as necessidades emergentes na sociedade das funções que a agropecuária e a zona rural possam cumprir para um desenvolvimento mais equânime. No entanto, o desenvolvimento humano como objetivo final do processo de desenvolvimento ainda é tratado de forma muito

² Emater: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural que executa as políticas públicas para o sistema agroalimentar nas unidades federativas.

incipiente nesses respectivos planos de desenvolvimento, pois várias propostas tratam o ser humano como meio para alcançar o desenvolvimento econômico e não como objetivo final de toda ação.

Iremos trazer para este texto elementos que poderão fortalecer o debate de uma nova maneira de atuação do serviço oficial de extensão rural. Ou seja, como que, com um novo enfoque de atuação da extensão rural, a sociedade brasileira poderá ser beneficiada? E como é este novo enfoque? Se atuarmos da maneira proposta, estaremos com isto mantendo um melhor nível de empregabilidade para os trabalhadores da extensão rural?

Certamente os fundamentos extensionistas que atendem as demandas de um novo cenário não estão mais baseados no modelo fordista de intervenção. Para ficarmos mais interessados desse assunto, resgataremos um pouco das histórias do desenvolvimento da agropecuária e do serviço de extensão rural no Brasil, bem como, os papéis exercidos por eles no desenvolvimento econômico dos países.

2. BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

EHLERS (1999), quando trata da agricultura sustentável, aponta que a agricultura moderna surge a partir dos séculos XVIII e XIX na Europa e passa a adotar o sistema de rotação de culturas com as forrageiras (leguminosas) e interage a produção agrícola com a pecuária, que passa a ser conhecida como a Primeira Revolução Agrícola. Essa interação de atividades aumentou a produtividade de alimentos na Europa amenizando assim a escassez crônica de compra.

Já no final do século XIX e início do século XX, após uma série de descobertas químicas e tecnológicas intensificam as produções isoladas dos produtos de origem animal e vegetal, tendo em vista a utilização em massa de fertilizantes químicos, melhoramento genético de plantas e animais e a invenção de novas máquinas e equipamentos, que seriam utilizados na agropecuária para aumentar a sua produtividade (arados, tratores, desnatadeiras, vagões resfriados, etc.)⁴. Assim essa época ficou caracterizada como a Segunda Revolução Agrícola.

³ EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Empresa responsável por coordenar todo o sistema de extensão rural do país.

⁴ Como apontou PALANGE (2001) "o ser humano buscou desde o seu aparecimento a transformação da natureza". Criou instrumentos e os instrumentos alteram as suas relações no mundo que acabam gerando a criação de novos instrumentos.

Após a Segunda Guerra Mundial esta “agricultura convencional” se intensificou e chegou na década de 70 com a denominação de “Revolução Verde”. Este padrão produtivista e tecnicista de produção agropecuária avançou por vários países e a produção de alimentos e fibras seguiu numa onda de otimismo nunca antes visto. Concomitantemente a este desenvolvimento produtivista foi disseminado também o modelo Norte Americano dos Complexos Agroindustriais. Assim surgiram no Brasil as grandes agroindústrias de carne (Anglo, Swift, Sadia, Perdigão, Seara), de grãos (Anderson Clayton), dentre outras.

No entanto, este modelo de desenvolvimento logo começou a criar vários problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais. Ele não dava conta de incluir toda população rural no processo de desenvolvimento econômico, provocando com isto êxodo rural, queda na qualidade de vida daqueles que ainda resistiam no campo, concentração de renda, aumento da violência e da poluição ambiental nos grandes centros urbanos. Muitos autores denominam esta proposta como “modernização conservadora”, tendo em vista que grande parte da população ficou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico.

Para o Brasil atender a dinâmica de inovação tecnológica na agropecuária teve que passar por vários modelos de planejamento para o desenvolvimento rural. Para NAVARRO (2001), o Brasil passou basicamente nestes últimos cinquenta anos por dois momentos distintos “durante os quais a noção de ‘desenvolvimento’ alçou-se a um campo de singularidade histórica”.

O primeiro momento nasceu após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1950 e se estendeu até o final dos anos setenta. Esse período coincide com a expansão capitalista dos “anos dourados” (1950-1970), “é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re)nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos” NAVARRO (2001).

O segundo momento surge com um novo enfoque em meados da década de 90 que o caracterizava “muito mais por uma percepção acerca da impossibilidade do desenvolvimento, ou pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização” NAVARRO (2001).

Para perpassar por estes dois momentos, o tema de desenvolvimento rural foi lentamente evoluindo nas Políticas Públicas. Esse mesmo autor sistematiza a evolução da concepção de desenvolvimento rural da seguinte maneira. No início a expressão utilizada era “desenvolvimento agropecuário”, que referia exclusivamente às condições de produção agropecuária nas suas facetas como área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, etc. Enfim, trabalhava a produção

agropecuária no seu sentido produtivo, identificando suas tendências em um determinado período de tempo.

A expressão que surgiu posteriormente foi o “desenvolvimento agrário” que englobava interpretações sobre o ‘mundo rural’ em suas relações com a sociedade num sentido mais amplo (em todas as suas dimensões), ao longo de um determinado período de tempo. A discussão centrava-se nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, dentre outras. Outras categorias profissionais de autores começam a trabalhar com esse tema tais como, historiadores, economistas e sociólogos. Isto se deu principalmente dos anos setenta até os anos oitenta.

A terceira expressão utilizada foi “desenvolvimento rural”. Esta expressão traz uma característica específica e propõe uma ação mais articulada que pretende induzir mudanças em um determinado ambiente rural. Com esta estratégia o Estado se mostra mais presente nas propostas de desenvolvimento rural, principalmente, como agente indutor.

A quarta expressão amplia o entendimento para “desenvolvimento rural sustentável” que agrega dois principais elementos. O primeiro é a questão de uma melhor equidade do desenvolvimento proposto. O segundo trabalha com mais rigor a dimensão ambiental, tendo em vista as conseqüências perversas para a natureza do modelo proposto nos idos de 70.

A penúltima expressão utilizada foi “desenvolvimento local” que rompe um pouco a barreira imaginária entre o urbano e rural. O processo de planejamento das atividades desenvolvimentistas passa a associar agora atores tanto da esfera urbana quanto da rural. As atividades não-agropecuárias emergem como importantes atividades para a geração de ocupações e renda no meio rural. O processamento de alimentos nas unidades produtivas e a prestação de serviços como turismo rural tomam importância ainda maior, como fonte alternativa de renda. Aos poucos esses rendimentos chegam a ser para muitos produtores a fonte principal de renda que é gerada pela unidade produtiva rural.

A última expressão vai um pouco mais além da anterior, pois trabalha o “desenvolvimento territorial”. Este ainda está em construção, mas envolve uma dimensão um pouco maior que o local e quase sempre tem delimitações sócio-política-geográfica. Contrapõe um pouco à “globalização” e utiliza outros elementos para valorizar a agropecuária e o rural. Um desses elementos é a multifuncionalidade do rural, que agora passa a ter várias funções que

veremos mais à frente. Com isto muda o cenário, os atores, os agentes e os sujeitos envolvidos no debate do “desenvolvimento rural”⁵.

Enfim, diante do que apresentamos acima, podemos verificar que a dinâmica histórica do desenvolvimento rural no Brasil teve uma transformação violenta nesses últimos anos. Sai de um modelo que enfocava a produção e produtividade e aproxima de outro modelo que engloba a concepção mais sistêmica e multifuncional do desenvolvimento rural. Isto exige tanto um rearranjo das instituições que atuam nesse meio, como uma reestruturação institucional interna para se estabelecer nesse novo cenário.

Para entender melhor a fase produtivista do desenvolvimento agropecuário brasileiro iremos a seguir aprofundar um pouco mais no debate da concepção fordista do setor agropecuário.

3. A CONCEPÇÃO FORDISTA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Da mesma maneira que ocorreu com a evolução do processo industrial, que saiu da manufatura até atingir o modelo toyotista de produção, o sistema produtivo agropecuário também passou por esses estágios, resguardando as suas especificidades. Até mesmo porque esses dois setores andam pari-passo e acabam sendo um, consequência e/ou influenciado pelo outro.

Focalizaremos neste item o sistema produtivo agropecuário a partir da produção fordista, até mesmo porque, é a partir desse momento que o serviço oficial de extensão rural assume seu principal papel de inovador tecnológico no campo.

Como vimos na introdução deste texto a produção agropecuária passou pelo modelo artesanal no início das suas atividades, posteriormente avançou para a manufatura e maquinofatura, e finalmente chegou a um nível de padronização, que se assemelhava a uma “linha de montagem”, bem ao estilo taylorista e/ou fordista.

DUFUMIER e COUTO FILHO apontam que a “padronização dos processos técnicos e dos produtos, consolida-se uma outra padronização de origem organizacional e econômica: o *produtivismo*. No curto prazo, aumentam os rendimentos físicos da terra e a produtividade do trabalho, enquanto reduzem-se os custos unitários de produção. Assim, os estabelecimentos

⁵ Às vezes esses debates caminham até em direções opostas aos desejos dos grupos participantes desse novo espaço urbano/rural. Isto acontece com uma proposta de asfaltamento de uma estrada, que é bem vista pelos

agrícolas especializam-se na produção de poucas variedades de mercadorias em substituição ao sistema de policultura-criação de animais. O agricultor passa, progressivamente, a utilizar insumos industriais, e a vender para o mercado, em detrimento do autoconsumo. Substitui-se intensamente trabalho por capital implicando uma concentração de renda. (...) Os processos de padronização tecnológica, inseridos no contexto do fordismo e taylorismo, são adotados na agricultura, embora com aspectos particulares”.

A imposição desse modelo fordista de produção agropecuária acontece por vários mecanismos indutores segundo DUFUMIER e COUTO FILHO, quais sejam:

- a) Por razões técnicas,
- b) Por razões econômicas,
- c) Pela formação do produtor e atuação dos Extensionistas Rurais,
- d) Pela agroindústria processadora,
- e) Por medidas regulamentadoras,
- f) Em razão do desenvolvimento das exportações e
- g) Por razões ideológicas – como símbolo de modernidade -.

Todo esse processo de modernização da agropecuária, sob a ótica específica de produção de alimentos e fibras, acabou alcançando alguns objetivos. Houve uma ampliação da área e da produção agropecuária, elevou a oferta de matérias-primas, ampliou o mercado interno para a produção industrial. Neste contexto atingiu-se uma superprodução de alimentos para quem tinha poder aquisitivo para adquiri-los. No entanto, a rentabilidade da exploração agropecuária entra em queda constante e tornam evidentes as disparidades regionais, agravando o problema de subemprego, do desemprego e do êxodo rural. Há uma boa produção de alimentos, mas não há população com poder aquisitivo para adquiri-los. Tanto no Brasil como em outros países essa situação leva à “crise do produtivismo” que podem ser resumidas nos seguintes elementos.

- ? **Impactos socioeconômicos.** A modernização tecnológica da agropecuária no Brasil baseou-se em quatro processos fundamentais: a utilização de produtos químicos, de organismos melhorados geneticamente, da mecanização e da integração com o complexo agroindustrial. Esses processos foram impulsionados pela política de crédito rural subsidiado e a prestação de assistência técnica feita pela Extensão Rural. Essa

antigos moradores e mal vista pelos empreendedores urbanos, que agora exploram a atividade do turismo rural

política levou a uma acentuada concentração da propriedade em poder de um grupo de privilegiados. Por causa disto este processo foi chamado de “modernização conservadora”. Não fica difícil relacionar as conseqüências desse modelo de desenvolvimento com a emergência de vários movimentos sociais e o progressivo aumento da violência urbana.

? **Impactos ambientais.** Os impactos ambientais se analisados mais a longo prazo revelam-se ainda mais graves, pois comprometem a própria base produtiva da agricultura. A qualidade de vida das populações circunvizinhas também está diretamente relacionada com o modelo eleito para o sistema de produção agropecuária. A poluição de mananciais de água, do ar e do solo traz prejuízo para a sociedade como um todo e não somente para aqueles que estão na zona rural. Isto é detectado no Oeste Catarinense onde ocorre uma grande concentração de criatórios e abatedouros de suínos e que vários mananciais de água já se encontram contaminados.

? **Impactos culturais.** Com a implementação de monocultura em grandes extensões, a utilização de cultivares híbridos e de adubações química promoveu conseqüências drásticas sobre os “modos de ser e de fazer” das sociedades urbana e rural. Muito se perdeu do saber popular que durante anos desenvolveu sistemas de produção muito bem adaptados aos ecossistemas onde estavam inseridos.

Enfim, se por um lado, o modelo fordista de produção agropecuária que foi baseado principalmente na monocultura, na padronização, na quimificação, no uso exagerado de tecnologias impróprias e na mecanização alavancou um processo de degradação dos meios social, econômico, ambiental e cultural principalmente na zona rural.

Por outro lado atingiu alguns objetivos propostos pelo modelo implantado tais como:

- a) Aumentar a produção e a produtividade no campo,
- b) Disponibilizar para a sociedade alimentos mais baratos,
- c) Incentivar o parque industrial brasileiro e o mercado interno,
- d) Ajudar no equilíbrio da balança de pagamentos com a exportação de produtos agropecuários e,
- e) Chegou a ser “âncora verde” nos anos 90 para auxiliar a estabilização monetária.

Assim, através do modelo fordista de produção, o serviço oficial de extensão rural teve um papel importante no processo que foi desencadeado, tendo em vista que era um instrumento do Estado para executar as políticas públicas para o sistema agroalimentar e tinha que responder a esse modelo produtivo imposto.

4. O SERVIÇO PÚBLICO DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Inicialmente é importante deixarmos claro o papel da agropecuária e do serviço de extensão rural no avanço econômico dos países em desenvolvimento. Pois eles caminham juntos e têm papéis determinantes para alguns países com recursos naturais disponíveis para a agropecuária. Segundo podemos verificar na conclusão do texto de SARRIS (2001) “a melhoria da produtividade agrícola através da despesa pública pode ser ao mesmo tempo fator de promoção de crescimento e de diminuição da pobreza. Foram investigadas as condições sob as quais esta estratégia em que todos ganham é apropriada, e foi mostrado (no decorrer do texto) que em muitos casos elas se assemelham aos contextos de países em desenvolvimento contemporâneos”. Este autor ainda aponta que “os ingredientes básicos que promovem um crescimento mais rápido dos fatores totais de produção agrícola são conhecidos como pesquisa e desenvolvimento agrícola, extensão, infraestrutura, educação, etc.” Diante disso verificamos que dentre outros elementos utilizados para o desenvolvimento agrícola a extensão rural é um instrumento viável de ser empregado pelo Estado para fortalecer as políticas de desenvolvimento rural.

Assim do mesmo modo que a agropecuária tem a sua importância no desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, a extensão rural é um ingrediente básico para o aumento dos fatores totais de produção agropecuária, ou seja, está vinculada ao desenvolvimento desses países. Demonstrada esta importância da extensão rural, iremos agora tratar um pouco da sua história.

A Extensão Rural surge nos Estados Unidos da América em meados do século XIX. A sua filosofia principal era de criar um vínculo entre a pesquisa e os agricultores, principalmente para dar suporte à produção fordista de alimentos e fibras. Os seus principais objetivos em 1914 eram:

- ? Divulgar/difundir novos conhecimentos e técnicas,
- ? Melhorar o nível de informação dos agricultores,
- ? Provocar mudanças de hábitos e atitudes,

? Desenvolver habilidades.

No Brasil ela é introduzida em 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR-MG-. Isto se dá através de um convênio entre o Governo de Minas Gerais e a AIA – Associação Internacional Americana – criada pelos irmãos Rockefeller. A sua estratégia de ação passava pelo crédito supervisionado, assistência técnica, divulgação de tecnologias e formação de quadros locais pela agência americana ou por orientação desta.

A partir da década de 50 com a “Aliança para o Progresso” firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América e com o advento em 1964 do regime militar, há um fortalecimento da institucionalização da Extensão Rural, que passa a ser usada como instrumento de política do Estado. Nesse momento o serviço passa a dar mais ênfase no crédito financeiro para produção específica de certos produtos (commodities) e valoriza a assistência técnica direta ao produtor. Isso se dá em função de uma modernização da agricultura induzida pelo Estado. Este modelo de extensão rural ficou conhecido como “difusionista” e atuava através de pacotes tecnológicos, crédito subsidiado, assistência técnica e integração com os complexos agroindustriais. Isto caracteriza bem a proposta fordista da prática da extensão rural, semelhante a uma linha de produção.

Na década de 80 começa ocorrer tanto a crise de endividamento do Estado brasileiro, como a abertura política. Estes dois fatores provocam reflexos imediatos na extensão rural. Em decorrência da crise financeira do país surge na pauta dos governantes a necessidade de enxugamento da máquina estatal para tentar, de qualquer forma, equilibrar o déficit público. Quanto as conseqüências da abertura política, inicialmente ocorre a ruptura do modelo difusionista e segue com uma aproximação do processo participativo. As principais características da extensão rural nessa época foram uma maior aproximação com o pequeno produtor e ênfase na participação da população no planejamento e execução do serviço no campo. O extensionista é trabalhado nesse momento para ter o papel de educador no processo de inclusão social. Isto atinge os interesses das classes dominantes no setor rural e no embalo da “Reforma de Estado” em 1990 ocorre a extinção da Embrater (Governo Collor). Esta empresa coordenava nacionalmente todo serviço de extensão rural das unidades federativas.

Este ato leva a uma desarticulação do serviço oficial de extensão rural no país e várias empresas estaduais entram em crise financeira. Daí começa a se articular estratégias

diferenciadas em cada unidade da federação. Algumas Emateres se fundem com as empresas de pesquisas, outras são extintas e muitas permanecem ainda como Emater.

Tanto as Emateres que sofreram alguma modificação na sua forma jurídica como aquelas que ainda permanecem como Emater, passaram e/ou passam por diversas reformulações tentando se enquadrarem no novo cenário onde estão inseridas. As características desse novo cenário se resumem principalmente em:

- a) Queda da rentabilidade da exploração de produtos primários e êxodo dos produtores rurais,
- b) Evolução dos padrões de consumo e dos principais canais de comercialização,
- c) A multifuncionalidade da agropecuária e do rural,
- d) O avanço das atividades internas da unidade produtiva rural para os setores secundário e terciário da economia,
- e) A crise de endividamento do Estado Brasileiro que limitou recursos diretos para o serviço de extensão rural e da pesquisa oficial,
- f) A nova proposta do Estado de disponibilizar seus recursos através de projetos que serão disputados por entidades públicas e privadas e
- g) As funções, estratégicas e sócio-política-econômica do rural como alternativa de inclusão de boa parte da população que não tem capacitação para ocupar espaço no atual mercado de trabalho.

Isto sem contar que o Estado vem mudando nesses últimos tempos o seu enfoque no planejamento agropecuário e agrário. Ele saiu de um planejamento por produto (década 70) e atualmente engloba o planejamento territorial (Ministério do Desenvolvimento Agrário), apesar de que o enfoque por produto ainda permanece (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento), até por uma questão estratégica e econômica do país que ainda depende da produção agropecuária exportada para equilibrar a balança comercial brasileira.

Podemos notar que o serviço de extensão rural ainda tem o seu papel a cumprir na sociedade, tendo em vista que as suas ações de capacitação e desenvolvimento de competências do público rural vão ao encontro de várias demandas desse novo cenário. Esse serviço tem uma capilaridade invejável no país (93% dos municípios brasileiros têm um escritório da extensão rural, FASER 2002) e é um elemento catalisador de processos que levam a um desenvolvimento em busca da sustentabilidade em diversas dimensões. Sendo assim fica clara a necessidade de uma proposta atualizada desse instrumento estatal de

promoção do desenvolvimento territorial através de ações que permeiam todas as instituições (públicas e privadas) que estão envolvidas nesse desafio.

Existe também um outro ponto a favor do serviço de extensão rural, que é a possibilidade de dar sempre continuidade, lá na ponta, dos processos de desenvolvimento. Isto dificilmente é conseguido pelas entidades de caráter privado, pois sem recursos financeiros assegurados a longo prazo (essa disponibilidade fica a mercê dos “humores políticos” a todo momento), não têm condição de implantar processos de desenvolvimento a médio e longo prazos. Essa exigência de continuidade é de praxe para a efetivação do desenvolvimento na zona rural, tendo em vista as suas diversidades territoriais e especificidades do setor agropecuário.

A inovação do serviço de extensão rural e a capacitação dos técnicos têm uma importância estratégica para o desenvolvimento do país. A superação de paradigmas das antigas escolas produtivistas e/ou fordista tem que ser encarada com muita determinação e objetividade. Possivelmente essa superação passa pelos temas que compõem as competências apresentado por DEPRESBITERIS (2001) “*recursos* (identificar, organizar, planejar e prover recursos), *interpessoal* (trabalhar com outras pessoas), *informação* (obter e usar informações), *sistemas* (entender inter-relações) e *tecnologia* (trabalhar com diversas tecnologias).

Se por um lado algumas “portei­ras” às vezes se fecham, por outro, várias “portei­ras” se abrem para a atuação do serviço de extensão rural. A evolução dos padrões de consumo pode ser uma das “portei­ras” que se abrem atualmente para o serviço de extensão rural.

5. NOVOS DESAFIOS E NOVAS OPORTUNIDADES PARA A EXTENSÃO RURAL

Podemos dizer que a superprodução mundial de alimentos tem em um dos seus fatores o modelo fordista de produção agropecuária, que tinha como objetivo produzir com quantidade e a um custo menor. Outro fator foi a fome ou o medo dela, que fez com que a população dos países da Europa subsidiassem em demasia o setor agropecuário e estocassem alimentos em excesso com receio de que a “guerra fria” pudesse interromper mais uma vez as linhas de fornecimento de alimentos. Daí a facilidade com que esse modelo produtivista se expandiu.

O modelo fordista de produção agropecuária passou pela utilização excessiva da química nos processos de correção do solo, adubação, controle sanitário e de pragas, bem como, pela mecanização dos processos de produção e processamento/conservação dos alimentos

e fibras. Podemos assim dizer que ocorreu a “industrialização” da agricultura, padronizando demasiadamente os alimentos e destruindo o “saber fazer” e os “modos de ser e fazer” das comunidades rurais. Esses “modos de fazer” preservavam com melhor qualidade as características organolépticas dos alimentos, além de que resgatavam boa parte da história e da cultura dessas comunidades.

Aos poucos parte da sociedade que tinha poder aquisitivo para adquirir alimentos passou a ser mais exigente e requerer alimentos diferenciados, seja por questões de estética, de saúde, cultural, ambiental e social. Dessa maneira começa a vir à bancarrota o modelo fordista de produção alimentar. Os alimentos diferenciados, como os orgânicos, os que têm pouca gordura saturada e bons níveis de proteína e vitaminas, com indicação de origem e pré-processados começam a apresentar uma demanda crescente e passam a ter uma margem de lucratividade maior, sem contar que eles têm origem num sistema produtivo com maior sustentabilidade. Esses elementos atendem plenamente os conceitos eleitos pela sociedade atual como parâmetro de uma vida melhor.

Certamente por causa desse novo conceito de viver da sociedade urbana, que trabalha elementos como a aproximação junto à natureza, ser e estar mais saudável e resgatar valores culturais locais, a partir daí o espaço rural adquire outros atributos que podem ser resumidos na multifuncionalidade⁶ do rural e da agropecuária. Com isto abre a oportunidade para que as unidades produtivas rurais comecem a explorar essas funções do rural e consigam auferir maiores rendimentos com o processamento de carnes, frutas e leite na propriedade, através do resgate dos “modos de fazer” dos seus antecessores. Assim essas unidades produtivas rurais avançam para o setor secundário da economia agregando valores à sua produção com atividades desenvolvidas dentro da sua propriedade.

Um outro passo importante dado por essas unidades produtivas rurais, quase concomitantemente ao apresentado no parágrafo anterior, foi atender as demandas emergentes de lazer da sociedade urbana com pesque-pagues, restaurantes, pousadas e outros tipos de prestação de serviços. Isto confirma mais um avanço das atividades internas da unidade produtiva, que agora já se estabelece no setor terciário da economia. Assim a agropecuária e o rural necessitam de uma nova institucionalidade para dar conta de responder às demandas da sociedade nesse novo cenário. Daí que surge a necessidade de

⁶ Esta multifuncionalidade pode ser compreendida como função de moradia, lazer preservação da paisagem / cultura / flora / fauna / recursos naturais, além de ser uma boa opção de reintegrar no processo de desenvolvimento econômico boa parte da mão-de-obra desqualificada a um custo muito baixo.

inovações urgentes do serviço de extensão rural para superar velhos paradigmas e se estabelecer na sociedade atual como instrumento útil ao Estado e aos sujeitos da sua ação. Enfim, sair do modelo produtivista e/ou fordista de produção e enfrentar o desafio de encontrar uma proposta mais adaptada às novas exigências da sociedade, tanto para o consumo como para o desenvolvimento territorial e humano.

6. A NECESSIDADE DE INOVAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EXTENSÃO RURAL

Segundo Amartya Sen (1993), citando Immanuel Kant, existe a "necessidade de considerar os seres humanos como fins em si mesmos, e não como meios para outros fins.(...) Temos que considerar a vida das pessoas como a finalidade última e tratar a produção e a prosperidade como meios, tão somente, para atingi-la". É com este argumento que iniciamos este item para demonstrar a necessidade de superar o paradigma produtivista que permeou as atividades do sistema oficial de extensão rural nos últimos tempos para alcançar um novo patamar de resultados aonde o desenvolvimento humano seja o objetivo maior de toda ação.

Para isto acontecer necessita de uma conjunção de fatores que vai desde da determinação política para tal, até na sensibilização e capacitação em novas habilidades e competências dos extensionistas e demais atores envolvidos. Pelo menos no discurso certos segmentos do Estado tentam trabalhar algumas políticas públicas que tenham este viés. Na prática, para sermos bem realistas, as coisas estão ainda engatinhando nesse sentido. Temos que ter uma ação orquestrada em várias esferas de Estado tratando da problemática do desenvolvimento humano e rural de uma maneira multidimensional. Dado a adversidade da sociedade brasileira isto fica difícil de ser construído, mas não é impossível. Ter o homem com fim e não como meio do processo de desenvolvimento é um desafio que passa pelo esforço de toda sociedade, e porque não, do próprio serviço de extensão rural.

A população brasileira tem um grande índice de baixa escolaridade que influencia diretamente na oportunidade de encaixe no mundo atual do trabalho, tendo em vista as exigências de atualização constante na sua área, a fim de manter um bom padrão de empregabilidade. Daí que boa parte destes trabalhadores está ficando à margem do processo de desenvolvimento e de inclusão sócio-econômica. Este desacerto está levando a um desajuste social de grandes conseqüências nos centros urbanos e uma boa saída estratégica para amenizar este fato social é a inclusão desses trabalhadores no processo de

desenvolvimento através da reforma agrária, do desenvolvimento humano e rural. Para isto existe a necessidade de um bom serviço de extensão rural que esteja atualizado com essas reais demandas. Para trabalhar o desenvolvimento humano e rural não cabe mais ao extensionista focar seus esforços somente no setor produtivo agropecuário. Existe a necessidade dele ser mais flexível, trabalhar várias dimensões, atuar multidisciplinarmente e conjugar ações interinstitucionais.

O extensionista formado na escola fordista e ou produtivista somente dará conta dessa nova missão se ele se qualificar conforme indica ASSIS(2001):

- ? Ser flexível e saber lidar com uma variedade de funções
- ? Ser mais responsável e saber lidar com vários equipamentos
- ? Adaptar-se à diminuição do trabalho fragmentado e dos postos fixos de trabalho
- ? Ser capaz de exercer a liberdade de planejar, de decidir e de organizar o próprio trabalho
- ? Ter abertura, criatividade, motivação, iniciativa, curiosidade, vontade de aprender e de buscar soluções
- ? Demonstrar cooperação, responsabilidade, organização, equilíbrio, disciplina concentração e assiduidade
- ? Ser capaz de realizar trabalhos mais desmaterializados e mais abstratos e analíticos
- ? Dominar um universo de códigos e símbolos para interagir com a realidade.

A seguir iremos apresentar um comparativo da atuação do extensionista rural entre o modelo fordista de intervenção e uma proposta mais próxima do modelo toyotista de atuação.

Quadro 1 : COMPARAÇÃO DE DOIS MODELOS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO OFICIAL DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.

Extensionista Rural	
Modelo fordista	Modelo toyotista
Esperava a determinação dos pacotes tecnológicos que iriam ser aplicados.	As ações partem de Políticas Gerativas construídas com envolvimento de produtores,

	técnicos e políticos.
A concepção de planejamento era vertical descendente através do planejar e desenvolver (P.D.), gerando o modelo “dente de serra” (avança e retrocede no tempo).	O planejamento acontece como um processo dinâmico e construtivo com a participação e engajamento dos agentes e sujeitos da ação através do planejar, desenvolver, controlar/monitorar e agir corretivamente gerando o modelo “ganho de patamares” (avança por patamares).
Ficava exclusivamente a serviço da Secretaria de Agricultura e tinha recursos certos e exclusivos.	Está a serviço da comunidade via Secretaria de Desenvolvimento Rural e tem que criar novos projetos junto à sociedade e procurar recursos financeiros (disputando-os)
Atuava como técnico do crescimento e do progresso e monopolizava o conhecimento.	É agente do desenvolvimento como liberdade (territorial e humano), com comprometimento social e interage o conhecimento.
Seus instrumentos de trabalho eram os pacotes tecnológicos, o crédito rural e a assistência técnica.	Trabalha diretamente a demanda das comunidades via diagnósticos rápidos participativos, conselhos municipais de desenvolvimento, entidades de classe, etc.
A sua intervenção era fragmentada e focava somente o sistema de produção primária.	Intervem conjuntamente e interativamente desde a concepção do que produzir, passando pelo lançamento de novos produtos e indo até na satisfação do consumidor.
Visava a especialidade por produto(s) e atuava dentro dos limites da sua instituição.	Visa um entendimento multidisciplinar da ação e o envolvimento interinstitucional.
Buscava como resultado o aumento da produção, da produtividade e a segurança alimentar.	Busca como resultado o desenvolvimento humano e territorial, a sustentabilidade do processo produtivo e a segurança dos alimentos.
A fronteira da sua ação era simbolizada pela porteira da unidade produtiva.	Não tem delimitação da sua ação na unidade produtiva e envolve toda a cadeia produtiva.
A avaliação de desempenho era feita	A avaliação é feita através da mensuração dos

pelo número de projetos elaborados.	indicadores gerados em conjunto com a comunidade.
Prestava serviço indireto ao setor privado (Complexo Agroindustrial) através do setor público.	Presta serviço à comunidade rural através dos setores público e privado.
Mantinha uma posição passiva e às vezes reativa.	Tem que exercer uma posição pró-ativa e sempre propositiva.
Era fácil atuar como técnico na condição de repassador de pacotes tecnológicos, pois o serviço de extensão era uma extensão das universidades. O saber escolar era suficiente.	É complexa a atuação do profissional, pois tem que desconstruir paradigmas e buscar contínuo desenvolvimento de competências, através da articulação multidisciplinar e interinstitucional. Exigi-se a articulação em equipe e atuação em várias funções.
Enfim, o modelo e a visão de trabalho era Taylorista/Fordista. Basicamente o extensionista atuava na monocultura (commodities) e não importava com a produção de insumos próprios e nem com os outros elos da cadeia produtiva tais como o segmento de processamento e comercialização. Trabalhava-se individualmente era especialista em um produto e visava a quantidade e a produtividade.	Aproxima-se do modelo Toyotista de produção. Aonde todos devem conhecer e executar as atividades de prospecção de demanda, produção, processamento, comercialização e satisfação dos consumidores, ajustando-se às oscilações qualitativas e quantitativas do mercado e da demanda. Trabalha-se em equipe com maior flexibilidade e criatividade e visa a qualidade diferenciada.

Diante do exposto no quadro acima notamos que ocorreu uma mudança substancial nas exigências de competências e habilidades do profissional que atuava no serviço de extensão oficial até a pouco tempo. A agropecuária como outros setores produtivos estão aos poucos abandonando o modelo fordista de produção e avançando para um modelo mais flexível, diferenciado e sustentável que se aproxima da proposta toyotista. Aquele profissional que quiser manter a sua empregabilidade deverá daqui para frente aumentar a sua velocidade de

capacitação para manter-se mais competente e hábil. Pois somente estando apto a responder às demandas emergentes da sociedade é que terá o seu espaço garantido.

Para finalizar sabemos que cabe ainda muito debate para o ajuste e evolução do serviço oficial de extensão rural para atender à dinâmica e a multifuncionalidade da agropecuária e do rural brasileiro com foco no desenvolvimento humano e territorial. Espaços existem para serem ocupados basta a superação de alguns paradigmas e o desenvolvimento de competências e habilidades, para que o extensionista sirva ao público rural com qualidade e demonstre a sua importante função no desenvolvimento multidimensional do nosso país.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica evolutiva do rural e da agropecuária nesse final de milênio impõe uma necessidade urgente de inovações constantes das instituições que têm como foco do seu trabalho esse setor produtivo da economia. A extensão rural como instituição responsável por educar e dotar de competências e habilidades o público envolvido nesse setor tem a obrigação de encarar esses desafios como novas oportunidades de trabalho.

Assim para o serviço oficial de extensão rural poder se integrar no desenvolvimento proposto e aceito pela sociedade atual, ele deverá passar por várias intervenções.

Num primeiro momento deverá ocorrer uma renovação dos seus quadros para facilitar a superação do paradigma produtivista que muitos técnicos ainda acreditam ser o ideal para o desenvolvimento do país. Esta ação passa por um programa bem feito de demissão voluntária, que no meu entender deveria ser subsidiado pelos Governos Federal e Estaduais, tendo em vista a importância do serviço de extensão rural como instrumento de execução das políticas de Estado para o desenvolvimento local/territorial. Faço aqui valer a questão estratégica para o país desse serviço, principalmente para combater a pobreza rural e o avanço do narcotráfico em áreas isoladas, tendo em vista a sua capilaridade e competência para trabalhar com o público mais desqualificado da sociedade brasileira.

Posteriormente cabe um programa de capacitação aos agentes de desenvolvimento rural que permaneceram no quadro das Emateres, aonde um novo enfoque será dado, baseado num modelo próximo ao toyotismo como apresentado no Quadro 1.

A inclusão de um trabalhador via reforma agrária e desenvolvimento rural é atualmente o de menor custo para a sociedade e possivelmente propiciará uma boa qualidade de vida se ocorrer ações multidisciplinares e interinstitucional em todas as esferas de Estado tanto do

setor público como do privado⁷. Esta qualidade está diretamente relacionada com a disponibilidade de serviços básicos na área rural como a saúde, a educação e a assistência técnica e social e a prospecção de novos mercados para produtos com indicação de origem, que tenham valores éticos e sociais agregados, ou que regatem os antigos “modos de fazer” Esses elementos acabam dotando os produtos da agricultura de economia familiar (pequena produção) de um valor maior (produtos rústicos, caipiras, naturais, orgânicos, da roça, etc.) que facilitam a sua comercialização e, conseqüentemente, distribui melhor a renda gerada na zona rural.

O serviço de extensão rural se quiser estar engajado numa proposta de vanguarda para o desenvolvimento do país certamente deverá estar compromissado socialmente com o empoderamento dos atores do processo de desenvolvimento rural através das suas ações. Somente com o empoderamento dos agentes e sujeitos das ações desenvolvimentistas e a facilitação do poder público, para que haja um desenvolvimento como liberdade e com compromisso social é que chegaremos a uma nação soberana, sustentável e com um povo feliz. Pois como aponta SENAI (2000) o alcance da cidadania “está na igualdade de liberdades e oportunidades em meio a sociedade nacional”.

Com esse objetivo internalizado no serviço de extensão rural e com uma atuação próxima do modelo toyotista de atuação do extensionista, conforme apresentado até aqui é que entendemos assegurar a nossa função como instrumento de desenvolvimento humano e territorial e por conseqüência a nossa empregabilidade.

⁷ Para gerar 1000 empregos gasta-se: na indústria química R\$ 550.000,00 , na indústria automobilística R\$450.000,00 , na agropecuária R\$ 80.000,00, na fruticultura irrigada R\$ 15.000,00. Fonte FASER (2002)

8. BIBLIOGRAFIA

- 1- ASSIS, Marisa de. **O mundo do trabalho**. 3 ed. Brasília, SENAI/DN, 2001. 147 p. (série SENAI Formação de Formadores)
- 2- BRASIL. Ministério de Estado de Política Fundiária e Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural** – Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Mimeo, (versão preliminar) Brasília, 1999.
- 3- BRAVO, J. R. B. **Conciliação entre a atividade turística e produção**. Palestra de Abertura do II Congresso Brasileiro de Turismo Rural – USP/ESALQ, Piracicaba-SP, 2000.
- 4- BUAINAIN, Antônio M. **Trajatória Recente da Política Agrícola Brasileira**. Campinas: Projeto FAO/036/BRA, 1997.
- 5- CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. **Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque no desenvolvimento local**. 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural , Foz do Iguaçu, PR, 1999.
- 6- DEPRESBITERIS, Lea. **Concepções atuais de educação profissional**. 3 ed. Brasília, SENAI/DN, 2001.121p. (Série SENAI Formação de Formadores)
- 7- DUFUMIER, Marc e COUTO Vitor de Athayde. **Neoprodutivismo**. Material disponível na página eletrônica do NEAD, Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2002.
- 8- EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba, RS, Editora Agropecuária, 2ª Ed.,1999.
- 9- FASER (Federações das Associações e sindicatos dos trabalhadores da extensão rural e do setor público agrícola do Brasil). **Extensão Rural para o Brasil**. Brasília, mimeo, 2002.
- 10-FONSECA, Maria Tereza Lousa de. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Edições Loyola, 1995.
- 11-GIOVENARDI, Eugênio Pedro. **Estructuras de pobreza en el agro**. Proyecto Col-92-005, PNUD/OIT, Colombia, Emfesar Editores, 1993.
- 12-MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história**. 2.ed. São Paulo:Hucitec, 1999.

- 13-NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, vol. 16, nº 43, dezembro de 2001. São Paulo: USP.
- 14-NOGUEIRA, Roberto Martinez. Las transformaciones de la agricultura y la nueva institucionalidade. In Reca,L.G. y Echeverria, R.G.(comp.) **Agricultura, Meio Ambiente y Pobreza Rural en América Latina**. Washington (DC), BID/IFPRI,1998.
- 15-PADILHA, Heloísa Maria Fortuna. **O mundo da educação**. 3. ed. Brasília, SENAI/DN, 2001. 133p. (Série SENAI Formação de Formadores)
- 16-PALANGE, Ivete. **O enigma do conhecimento**. 3. ed. Brasília, SENAI/DN, 2001. 163 p. (Série Formação de Formadores)
- 17-SAINTE-MARIE, Christine de, et al. La construction sociale de la qualité. In: NICOLAS, François; VALCESCHINI, Egizio, ed. **Agro-Alimentare: uma économie de la qualité**. Paris: INRA, 1995. p. 185-197.
- 18-SARRIS, Alexander. **O papel da agricultura no desenvolvimento econômico e na diminuição da pobreza: uma base empírica e conceitual**. Departamento de economia da Universidade de Atenas, Grécia. 2001.
- 19-SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. São Paulo: CEDEC. **Lua Nova**, n. 28/29. p. 313 – 333. 1993.
- 20-SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000. 409p.
- 21-SENAI.DN. **Educação e cidadania**. Brasília, 2000. 87p. (Série SENAI Formação de Formadores).
- 22-SYLVANDER, Bertil. Coventions de Qualité, Marchés et institutions: le cas des produits de qualité spécifique. In: NICOLAS, François; VALCESCHINI, Egizio, ed. **Agro-Alimentare: uma économie de la qualité**. Paris: INRA, 1995. p. 167-183
- 23-VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.
- 24-WILKINSON, John. **"From the dictatorship of supply to the democracy of demand"?: transgenics, organics and the dynamics of demand in the agrofood system**. CPDA/DAS/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000. (versão preliminar não corrigida)